

## REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

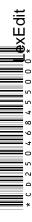
que sejam prestadas, pelo Requer Senhor Presidente do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), Wolney Queiroz Maciel, <strong>informações e inteiro teor</strong> compartilhe o (incluindo documento tais como estudos, relatórios, atas, pareceres e quaisquer procedimentos) atinentes a gestão dos descontos nos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), relativos a empréstimos/crédito consignado, de que trata o art. 115, VI da Lei 8.213/1991.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3°, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952, do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), Wolney Queiroz Maciel, **informações e compartilhe o inteiro teor** (incluindo documento tais como estudos, relatórios, atas, pareceres e quaisquer procedimentos) atinentes a gestão dos descontos nos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), relativos a empréstimos/crédito consignado, de que trata o art. 115, VI da Lei 8.213/1991.

Nesses termos, requisita-se:





- 1. Modelos adotados nos anos de 2016 a 2025 para o fluxo de contratação e o posicionamento do Conselho, eventuais medidas de fiscalização e sugestões.
- 2. Definição das taxas de juros aplicáveis aos empréstimos pessoais contratados pelos beneficiários de Previdência e Assistência social, cujos benefícios sejam pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- 3. Definição das taxas de juros aplicáveis aos empréstimos por cartões de crédito contratados pelos beneficiários de Previdência e Assistência social, cujos benefícios sejam pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- 4. Definição das taxas de juros aplicáveis aos empréstimos por cartões de benefício contratados pelos beneficiários de Previdência e Assistência social, cujos benefícios sejam pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- 5. Definições sobre os limites de parcelamento para tais operações de crédito em consignação no benefício.
- 6. Posicionamento e medidas tomadas pelo Conselho sobre a incidência de taxas administrativas nas ofertas de empréstimos consignados aos segurados do INSS, realizadas pelas instituições financeiras.
- 7. Informações eventualmente prestadas pelo Conselho em ações judiciais que questionam a competência e a definição da margem de juros aplicáveis nos consignados ofertados aos segurados do INSS.
- 8. Dados e demais informações sobre a incidência dos empréstimos/créditos consignados ofertados aos segurados do INSS, em relação ao uso desse tipo de produto no mercado financeiro.



9. Informações sobre reclamações e denúncias de uso fraudulento de contratação de empréstimos consignados por segurados do INSS que tenham sido registrados pelo Conselho ou seus conselheiros.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, para investigar o mecanismo de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

Importa para os trabalhos desta Comissão, o conhecimento de informações, documentação pertinente e compartilhamento de todos os fundamentos que resultaram no posicionamento desse egrégio Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) em relação aos mecanismos e medidas que estão no rol de suas atribuições sobre os descontos incidentes nos benefícios dos segurados do INSS referentes a "pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, ou por entidades fechadas ou abertas de previdência complementar, públicas e privadas, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, até o limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do valor do benefício, sendo 35% (trinta e cinco por cento) destinados exclusivamente a empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis, 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito consignado ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito consignado e 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão consignado de benefício ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão consignado de benefício", como permitido pelo art. 115, VI da Lei 8.213/1991.

Ainda é o presente requerimento voltado a verificação de apontamentos e providências adotadas em relação a irregularidades na execução



desse tipo de desconto. Assim também a eventual manifestação do Conselho em ações judiciais que trataram sobre a consignação de empréstimos em benefícios do INSS.

Desta forma, revela-se de grande utilidade para as investigações empreendidas pela CPMI contar com as informações nos termos acima expostos, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Requerimento e imediata expedição de ofício para o alcance exitoso do seu objeto.

Sala da Comissão, 24 de novembro de 2025.

Deputado Alencar Santana (PT - SP)

